

## Portugal 2020 estabelece impactos para sector energético

Com a aprovação dos vários Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020 anunciada pelo Governo no dia 19-12-2014, são agora também conhecidas as prioridades na área da energia e os impactos esperados para o sector. O Portugal 2020, que veio substituir o anterior QREN (2007-2013), está em marcha e os primeiros concursos deverão arrancar já nos próximos dias.

No que diz respeito ao PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, os principais impactos dizem respeito à produção de energias renováveis, disseminação de redes inteligentes e promoção do veículo eléctrico. O Governo espera que, através deste programa, seja possível contribuir para aumentar a capacidade de geração de energia de fonte renovável em 56%, assim como levar as redes inteligentes de energia a mais 1,2 milhões de utilizadores e apoiar a criação de mais 800 pontos de carregamento para veículos eléctricos.

Recorde-se que o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos têm uma dotação de quase 2,7 mil milhões de euros. As principais prioridades incidem na adaptação “às grandes mudanças globais no campo da energia, alterações climáticas e utilização eficiente de recursos”. Além disso, o documento sublinha ainda a importância da promoção das energias renováveis, eficiência energética e gestão energética eficiente.

### Foco na vertente regional de Portugal

Contudo, as preocupações com um uso mais sustentável da energia também se encontram espalhadas a nível regional. Ao todo, foram aprovados cinco PO regionais em Portugal Continental (Alentejo, Algarve, Centro, Lisboa e Norte) e dois para as Regiões Autónomas (Açores e Madeira), a que se junta um Programa de Assistência Técnica Nacional. No [website da Comissão Europeia](#) é já possível aceder a um resumo de todos os documentos, com excepção do PO Norte.

Em todos os PO regionais, a eficiência de recursos e a sustentabilidade surgem elencadas como prioridades, embora com variados impactos esperados. Em Lisboa, a área metropolitana vai investir 8,8% do PO no apoio à mudança para uma economia de baixo carbono. E, neste âmbito, a estratégia prevê o aumento em 96% do número de habitações com classificação energética melhorada, assim como a reabilitação de cerca de 613 habitações em áreas urbanas.

No total, o PO Lisboa ambiciona contribuir para uma redução na emissão de gases com efeito de estufa na ordem das 427,567 toneladas de Co<sub>2</sub>, até 2023. O programa tem uma dotação total de 1,85 mil milhões de euros.

Mais a Sul, no Algarve, a região espera que este período de fundos comunitários resulte numa “redução do consumo primário anual de energia nos edifícios públicos em 16 143 750 kWh”. Em paralelo, outro dos impactos esperados é que 77 empresas alcancem uma melhor eficiência energética. Dos 447 milhões alocados a este PO, 6,3% serão canalizados para a sustentabilidade e eficiência dos recursos.

No Alentejo, quase 15% do montante total de 1,31 mil milhões é destinado ao apoio na mudança para uma economia de baixo carbono. Com prioridades assumidas ao nível da sustentabilidade no sector da energia, eficiência energética e mobilidade sustentável, este PO regional deverá contribuir para uma diminuição anual da emissão de gases com efeito de estufa na ordem dos 17 323 toneladas.

Na região Centro, um dos impactos esperados diz respeito à classificação energética das habitações: o PO regional estima que 940 agregados familiares possam ter uma classificação de energia melhorada. Além disso, o contributo antecipado ao nível das emissões é de uma diminuição na ordem das 7522 toneladas anuais. De um total de 2,64 mil milhões destinados ao PO, 5% será alocado a medidas de sustentabilidade.

Para a **região Norte**, serão alocados 4,2 mil milhões de euros. Entre impactos esperados pelo PO Regional na área da energia e ambiente constam o aumento para 2 400 agregados familiares com consumo de energia melhorado; 140 000 MWh/ano de redução do consumo de energia primária nos edifícios públicos; 22 500 toneladas de CO2 equivalentes reduzidas, anualmente.

No caso das regiões autónomas, as indicações constantes no website da Comissão Europeia são mais vagas. Não obstante, a Madeira vai dedicar 5% do financiamento de 474 milhões de euros do PO à economia de baixo carbono, ambicionando uma redução de emissões anuais de 3 345 toneladas de CO2. No caso dos Açores, a redução de emissões esperada é de 47 435 toneladas anuais.